

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1726719 - RS (2018/0043395-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI

AGRAVANTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL

**ADVOGADOS : MAURO FITERMAN - RS031897
HELENA MECHLIN WAJSFELD CICARONI -
SP194541
NATALIA FERNANDES SANCHEZ - SP281891
BIANCA BELLUSCI D"ANDRÉA E OUTRO(S) -
SP390498**

AGRAVADO : JOAO ALBINO SIMOES RODRIGUES

**ADVOGADO : FRANCISCO DE JESUS VERNETTI NETO E
OUTRO(S) - RS062474**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL –
AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO
CONDENATÓRIO – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE
DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior tem se orientado no sentido de que, por ser o seguro de vida de trato sucessivo, com renovação periódica e automática do contrato, o prazo prescricional para a pretensão de nulidade de cláusula de reajuste prevista em contrato será contado a partir do pagamento de cada parcela indevida, não havendo se falar em prescrição do fundo de direito. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator